

aportación resultó clave en su conformación como un potente movimiento organizado, bajo la hegemonía cultural y política comunista. Al tiempo, incide en la influencia mutua, pues el trabajo en el movimiento sindical –como en el vecinal, el estudiantil o el femenino– coadyuvó a la creciente orientación democrática y abierta a la pluralidad del PCE (que, en mi opinión, vincula en forma excesiva al eurocomunismo y a la moderación), contribuyendo asimismo a la “legitimación a través de la lucha” y a la salida del aislamiento de los comunistas. Sus conclusiones subrayan que la actividad de las CCOO erosionó a la OSE y a la dictadura en su conjunto, contribuyendo notablemente al desarrollo de espacios de libertad, de una sociedad civil alternativa y de una cultura democrática. Asimismo, apunta el peso decisivo del PCE y de CCOO en el impulso de la oleada de movilización social desencadenada a la muerte del dictador, que impidió cualquier posibilidad de continuismo o de reforma en el régimen, además de forzar –señala– la legalización del PCE, dada su influencia en la movilización. Pero no olvida apuntar los fracasos y los límites en esta lucha: ni se alcanzó el objetivo de constituir una central sindical unitaria, ni se superó la democracia parlamentaria en dirección a una “democracia político-social”, ni el peso en Comisiones sirvió para dar al PCE una base electoral como la que ambicionaba en tanto que principal fuerza antifranquista.

Estas conclusiones vienen a resaltar la contribución del PCE y de CCOO a la reconquista de unas libertades democráticas largamente aplastadas por la dictadura, sin minusvalorar la existencia de otros factores operantes. Con todo, llama la atención una escasa consideración de los elementos de fortaleza del régimen franquista, más allá del continuado y extenso recurso a la violencia represiva, relacionados con la solidez del aparato de la dictadura, con sus apoyos sociales y con la complejidad de las actitudes sociales hacia la dictadura. Son aspectos que no se pueden obviar si pretendemos explicar los límites en la penetración social del antifranquismo y los equilibrios sociales y políticos que rigieron la transición, donde parece olvidarse el peso del ejército como elemento de contención evidente al cambio democrático.

En todo caso, *Fuera de las catacumbas* coincide con otros trabajos que están poniendo de manifiesto el creciente agotamiento de la dictadura ante la contestación social y la difusión de una

cultura democrática, factores sin los cuales resulta imposible entender la transición. Entra así de lleno en los debates sobre la génesis de la democracia de 1978, de mayor actualidad que nunca a la vista de las opiniones que vienen denunciando los límites de aquella transición mitificada y reclamando un cambio constitucional. Frente a las extendidas visiones que presentan la transición como resultado de un estudiado plan reformista o de pactos entre élites en un entorno de consenso, la investigación reciente está mostrando la realidad de un proceso no previsto ni prefijado, complicado y cambiante, forzado en buena medida por una extensa movilización social –en todo momento duramente reprimida– y también en buena medida por un equilibrio de incapacidades que ayuda a ilustrar el trabajo de Treglia. Parece confirmarse la relevancia de 1976 como año clave en el que se asumió la inviabilidad de un proyecto de reforma de la dictadura, pero también de la ansiada ruptura democrática, llevando a una búsqueda de pactos. A partir de ahí llegaron las renunciaciones que asumió el PCE en aras del objetivo inmediato de alcanzar una democracia parlamentaria, entre las cuales uno de los precios más altos a pagar fue posiblemente el freno a la movilización social, incluyendo la de CCOO, que dejaría hondas secuelas de crítica y desencanto entre numerosos cuadros políticos y sindicales.

**Varela, Raquel (coord.), *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa, Bertrand Editora, 2012, 293 pp.**

Por Marcos Ferreira Navarro  
(Universidade Nova de Lisboa / Universidad de Granada)

Coordinado por Raquel Varela e com a participação de onze autores, *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos* tem a finalidade de refletir desde uma perspectiva multidimensional sobre a que foi a última revolução social acontecida na Europa. Além das diferentes interpretações dos autores, o fio condutor da obra é a consideração da História como um processo social, feita pelas classes sociais e pelas suas frações, sendo o conflito social o motor da História. Outro detalhe relevante é assinalar que o marco temporal da obra está compreendido entre o 25 de abril de 1974, momento em que se produz a Revolução dos Cravos e o 25 de novembro de 1975, momento

quando se produz o golpe contrarrevolucionário chefiado pelo “Grupo dos Nove” e com apoio das principais forças políticas contra-revolucionárias.

A obra está dividida em dois blocos. Por um lado, o primeiro bloco está focalizado na História. Com um total de oito capítulos, este primeiro bloco poderia ser dividido em três setores diferentes. Sendo que os três primeiros capítulos formariam o primeiro setor. Neste sentido, *A Revolução Solitária; A Guerra Colonial e o 25 de Abril; e 25 de Abril: A Guerra para conseguir a Paz*, reflete e analisa os acontecimentos do 25 de abril. O primeiro capítulo, estuda as fases através das quais foi desenvolvido o processo revolucionário. O segundo capítulo está centrado sobre o processo de consciencialização nacional-independente dentro das antigas colónias de Portugal, a formação e o desenrolamento dos movimentos de libertação nacionais. É importante compreender que a revolução colonial foi o passo prévio para o 25 de abril. Mais ainda, sem esta revolução nas colónias em prol da libertação nacional, o 25 de abril não teria acontecido ou pelo menos, não na forma em que aconteceu. Foi a crise colonial que provocou a crise militar, política, social e em grande parte a económica que levou à queda do Estado Novo. Por último, o terceiro capítulo deste primeiro setor analisa o descontentamento nos quadros médios e altos da hierarquia militar e a evolução na sua consciência de que deviam atuar para mudar uma situação onde a crise do Estado Novo era cada vez mais insustentável.

O segundo setor está formado pelo capítulo quatro e cinco. Ambos têm como principal característica o relato da História desde em baixo, desde o ponto de vista das classes populares, enquadradas no contexto teórico dos escritos de Antonio Gramsci e os *subaltern studies*. Assim, no capítulo quatro intitulado *A Reforma Agrária no Sul de Portugal (1975)* é explicada a evolução do movimento agrário na zona do Alentejo, evoluindo desde uma simples protesta pela melhoria dos salários e as condições laborais até à posta em causa da propriedade da terra com o movimento de ocupação de terras e a auto-organização destas por parte dos próprios operários agrícolas. Estas ocupações tinham dois alvos: o primeiro deles, melhorar a situação dos trabalhadores agrícolas, especialmente os operários assalariados. O segundo deles era mudar e alterar as relações de produção e a propriedade dos meios de produção, deixando a um lado as ocupações agrícolas. O

capítulo cinco (“A banca ao serviço do povo”: Lutas sociais e nacionalizações durante a revolução portuguesa.) centra-se na auto-organização operária dentro das principais empresas do país, tanto durante o marcelismo (última fase do Estado Novo), como durante e depois do 25 de abril.

Por último, o terceiro setor deste primeiro bloco e aquele dedicado a conhecer a evolução dos movimentos e partidos políticos com legitimidade revolucionária ou em outras palavras, aqueles partidos situados no espectro político de esquerda (Partido Socialista, Partido Comunista Português e partidos e movimentos da Extrema Esquerda). Assim, no capítulo dedicado ao Partido Socialista (*Friends in high places: O Partido Socialista e a Europa conosco*) é traçado o percurso deste partido durante o período revolucionário. Neste sentido, o Partido Socialista era uma força pequena e fraca em comparação com o Partido Comunista Português. Porém, contava com duas vantagens com as quais não contava o PCP. Por um lado, a situação geo-estratégica de Portugal, incluída no bloco capitalista, sendo membro fundador da NATO e da EFTA. Por outro lado, sendo este o fator chave para o sucesso socialista, o respaldo e apoio da Internacional Socialista e dos Partidos Socialistas Europeus. Assim, o PS pôde prometer aos portugueses a entrada na Comunidade Económica Europeia e por tanto, a entrada do pequeno país ibérico “no clube dos Estados ricos”, ao tempo que afastava da mentalidade dos portugueses a possibilidade de lograr a revolução social, económica e política além de uma democracia liberal e uma economia capitalista. Mais à esquerda do PS, localizava-se o PCP. No capítulo *O PCP quis “tomar o poder?”*, é tratada a polémica historiográfica sobre se o PCP quis ou não tomar o poder pela via revolucionária ou pela via de um golpe de Estado como os exemplos da Revolução Bolchevique de 1917 e o Golpe de Praga de 1948. Para a autora deste capítulo, Raquel Varela, o PCP nunca teve a vontade de tomar o poder pelas vias mencionadas anteriormente, nem sequer durante o V Governo Provisório que é onde se situa a polémica sobre esta questão. Neste sentido, para a autora deste capítulo, e a diferença da linha historiográfica que defende o objetivo do PCP de tomar o poder pela via golpista ou revolucionária, o PCP aceitou as regras de democracia “burguesa”, participando nos governos provisórios, não fomentando a via revolucionária, acalmando as estruturas paralelas de poder e estabelecendo alianças interclassistas. Para

finalizar este primeiro bloco encontra-se o capítulo A Extrema Esquerda na revolução. Os partidos que se diziam situar à esquerda do PCP foram uma amalgama de agrupamentos que lograram certa relevância, especialmente nos círculos estudantis onde o PCP estava relativamente deslegitimado e também em algumas áreas laborais, mas aqui a hegemonia do PCP nunca foi discutida a sério por estes grupos. Ditos grupos, embora não tenham tido força nas instituições, sim a tiveram na rua, criando e organizando muitas das estruturas duais do poder que foram estabelecidas durante o percurso revolucionário. Porém, a Extrema Esquerda não alcançou os seus alvos por três razões. A primeira, era a legitimidade do PCP no campo da esquerda como um lutador incansável ao Estado Novo e ao Fascismo. Por outro lado, as diferenças e rivalidades entre os próprios grupos que formavam este campo político. Por último, estes grupos, que propunham a toma do poder pela via armada, nunca tiveram força suficiente para fazer a tentativa, confiando as suas esperanças no setor de esquerda das Forças Armadas.

Passando ao segundo bloco do livro, este está focalizado na questão da memória. Dividido em quatro capítulos, o alvo desta segunda parte da obra poderia resumir-se no estudo, análise e evolução da memória em torno à Revolução dos Cravos. Neste sentido, no primeiro capítulo Conflito ou coesão social? Apontamentos sobre a História e a memória da Revolução dos Cravos (1974-1975) reflete-se sobre a memória coletiva face aos eventos de 1974 e 1975, assinalando-se dois factos de relevância. O primeiro deles, que os acontecimentos de abril tinham nomeadamente o objetivo de instaurar uma democracia liberal e não simplesmente de derrubar a ditadura. Por outro lado, em face à Revolução Colonial, esta é nomeadamente recordada pelos portugueses pelas vítimas portuguesas, mas nunca pelas vítimas locais dos antigos territórios de ultramar. A seguir, encontra-se A Revolução de Abril na Imprensa Brasileira, capítulo onde se estuda em base ao jornal A Folha de São Paulo e a revista Veja, o seguimento pela imprensa brasileira dos acontecimentos a seguir ao 25 de Abril. Para ambos meios o objetivo era criar a opinião que havia que defender a transição liberal em Portugal, defendendo que o golpe do 25 de novembro de 1975 foi um ato legítimo de defesa de tal transição ante a deriva comunista que se estava a desenvolver desde o fracasso do *putsch* militar de

Spínola o dia 11 de março desse mesmo ano. Além disso, ao defender a transição liberal em Portugal, as direções de ambos jornais estavam também criando o clima para uma transição desse estilo no Brasil, opondo-se assim a uma transição comunista, tal e como julgavam havia acontecido em Portugal com o golpe de Estado do 25 de novembro de 1975 onde se deteve a deriva comunista. O penúltimo capítulo, Visões da Revolução dos Cravos: Combates Pela Memória através da imprensa (1985-1995), tal e como o seu predecessor também se baseia na imprensa, mas neste caso é na imprensa portuguesa e não com o alvo de analisar como se informou no momento contemporâneo à Revolução dos Cravos, mas para observar a evolução das avaliações sobre este período de tempo na imprensa portuguesa durante o período que vai desde 1985 até 1995. Neste sentido, num contexto de esvaziamento ideológico e político, o revisionismo histórico em Portugal teve por objetivo o ataque ao 25 de abril e o branqueamento do Estado Novo. Em relação ao último, as tentativas não têm tido muito êxito. Em ligação com a primeira questão, o revisionismo histórico face à Revolução dos Cravos, com várias linhas de interpretação que supõem maiores ou menores ataques a dito evento histórico, tem logrado esvaziar e ocultar aqueles elementos revolucionários, quando não atacá-los e criminalizá-los frontal e diretamente. Este revisionismo é também introduzido na questão da descolonização, criticando-se não o processo em si, senão a forma de levá-lo a cabo, considerando-se precipitado e desorganizado. O encerramento do livro é feito por Fernando Rosas com o seu capítulo intitulado *Notas sobre um debate sobre a revolução e a democracia* onde reflete sobre o processo de revisionismo histórico e as variações da memória durante os 38 anos que aconteceram desde o 25 de abril. Assim mesmo, também introduz elementos para o debate futuro sobre a obra e o significado do 25 de abril, fechando o livro com uma proposta para o futuro.

Resumida a obra, é momento para fazer uma rápida análise. Como se trata de uma obra colectiva multidimensional é impossível assinalar as diferentes interpretações dos autores que participaram na sua escrita. Agora bem, isso não quer dizer que seja irrealizável a identificação de algumas linhas básicas que traçam o desenvolvimento e a escrita da obra. A primeira delas já foi assinalada ao começo desta resenha e não é outra que a consideração da História como

um processo social onde são as classes sociais, as suas frações, as suas estratégias e as suas alianças as protagonistas dos eventos históricos. Neste sentido e tendo em consideração o anterior, todos os autores concordam em qualificar o período da Revolução dos Cravos como a última revolução social na Europa. Isto é, não uma simples mudança desde uma ditadura fascista ou pelo menos, com características fascistas para uma democracia liberal e um regime económico capitalista, senão a tentativa de uma verdadeira revolução social, onde a hegemonia mudara em favor das classes populares, enquanto fosse eliminada da burguesia. Uma revolução política que não procurava uma mera democracia representativa, senão uma democracia direta, com a auto-organização da população em estruturas duplas de poder nas fábricas, no campo, nos bairros e noutros espaços de socialização. Uma revolução económica que procurava mudar também a infraestrutura, isto é, procurava mudar as relações de produção capitalista e também a propriedade dos meios de produção. Logicamente, não todos os setores da sociedade procuravam dita mudança social, económica e política. Os latifundiários, os grandes capitalistas, parte dos setores militares, a Igreja, as classes médias e rurais e população rural mais influenciada pela Igreja, eram total ou parcialmente contrários aos objetivos da revolução enunciados anteriormente. Assim, todos os capítulos estão baseados nesta contraposição revolução-contra-revolução. A evolução dos processos revolucionários e contra-revolucionários, as tentativas de libertação nas colónias e a contraposição a esta, a reforma agrária e a contra-reforma, o empoderamento do mundo do trabalho e as resistências do capital, o papel contra-revolucionário do PS, a posição dubitativa do PCP em relação à revolução social, os movimentos dos partidos da extrema-esquerda, o revisionismo histórico em Portugal, as informações desde a imprensa brasileira, o debate sobre a memória respeito à Revolução dos Cravos e a reflexão e a possibilidade de debate futuro sobre o 25 de abril, são todos eles enfocados desde esta perspectiva antagónica de revolução-contra-revolução.

Para fechar esta resenha, apenas comentar que esta obra mais que um ponto de partida para começar a obter informação sobre a Revolução dos Cravos, embora possa funcionar também nessa função, é um excelente ponto de partida para começar a refletir, não só sobre o próprio 25 de abril, senão também sobre as semelhanças e

diferenças e sobre o sucesso ou fracasso de processos similares como podem ser a Transição Espanhola para a democracia ou a Revolução Bolivariana em Venezuela, ainda em curso, onde as classes subalternas começam a tomar protagonismo, enquanto a burguesia começa a perdê-lo, com todas as consequências que derivam de uns começarem a tomar o poder e outros começarem a perdê-lo. Também considero que esta obra poder ser importante para todos aqueles que consideram que a História não é mais que “alguma coisa” feita pelas elites, pelas classes dominantes. Neste sentido, a leitura desta obra poderia ser muito positiva para começar a compreender que a História é algo que nos afeta a todos e que tem muita mais importância do que é costume ser pensado pela maioria da população.